

CMTC - CIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS CNPJ: 05.787.273/0001-41

RELATORIO DA ADMINISTRACAO
Nfindamos o exercicio de 2023, queremos prestar contas aos Senhores Acionistas dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desempenhadas na Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$)
Exercícios Ffindos em:
ATIVOS
ATIVO TOTAL 102.954.237,68

Fluxos de Caixa - Método Indireto
No exercicio ffindo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)
Exercícios Ffindos em:

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO (EM R\$)
Exercícios Ffindos em: 31 de dezembro de 2023 e 2022

DEMONSTRACAO DOS FLUXOS DE CAIXA - METODO INDIRETO
No exercicio ffindo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)
Exercícios Ffindos em:

DEMONSTRACAO DAS MUTACAOES DO PATRIMONIO LIQUIDO
DOS EXERCICIOS FfindOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Capital Social (Subscrito e Integralizado)
Reservas
Lucros ou Prejuizos Acumulados
Patrimônio Líquido total

Notas Explicativas às demonstrações contábeis para o exercicio ffindo em 31 de dezembro de 2023 (Em reais R\$)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC é uma empresa Pública de Direito Privado, sob a forma de sociedade anônima de Capital Fechado que têm por objeto planejar, desenvolver, coordenar, controlar e fiscalizar a operação (o gerenciamento) do Sistema Integrado de Transporte Coletivo do Aglomerado Urbano de Goiânia e micro-regiões. Foi criada pela Lei Municipal nº 1.148 de 03 de janeiro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 1.909 de 04 de julho de 2003, registrada na JUCEG em 17/07/2003. Sua gestão é disciplinada pela Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e normas complementares.

NOTA 2 - BASES DE PREPARACAO DAS DEMONSTRACOES CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras individuais encerradas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Lei 6.404/76, e as alterações posteriores, consubstanciadas, principalmente, no que tange à Norma Brasileira de Contabilidade NBC T&1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, cujas sínteses estão apresentadas na NOTA 3 a seguir.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes no Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses, são classificados como itens não circulantes.

Moeda funcional e moeda de apresentação, os itens nas demonstrações financeiras da entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da entidade.

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem numerários em poder de Empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações contábeis de curto prazo e de alta liquidez. Estes estão mensurados ao valor justo de realização.

Ativos Financeiros, os instrumentos financeiros não derivativos incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis e contas a pagar. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo através do resultado, quando classificados como mantidos para negociação, e pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva, quando se tratar de recebíveis.

Contas a Receber, correspondem aos valores a receber provenientes da Gestão dos serviços públicos de transportes coletivos de passageiros no contexto único da RMTC - Rede Metropolitana de Transportes Coletivos no decorrer normal das atividades da companhia.

Os custos estão registrados pelo custo. O custo é determinado usando o método do custo médio.
Imobilizado é contabilizado de acordo com seu custo histórico, que faz juízo ao valor de aquisição do bem respeitando o desembolso financeiro gerado no ato da compra, valor este reconhecido na contabilidade, deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Provisão para férias e encargos é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos salários de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

As Provisões e as ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido apresentadas pelos assessores jurídicos da companhia.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

A Receita na demonstração de resultado é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e das despesas acessórias.

Compensações entre Contas como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA

Depósitos Bancários a Valor 2023 (Em Reais) 2022 (Em Reais)
Numerários de Caixa CMTC 183,56 -

NOTA 5 - CLIENTES - CONTAS A RECEBER
1.5 PARCELA DE PODER CONCEDENTE - PPC - TARIFA DO USUÁRIO

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Rápido Araguaia Ltda. 100.619,10 141.710,76

NOTA 5.3 PARCELA DE PODER CONCEDENTE - PPC PLANO EMERGENCIAL

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Rápido Araguaia Ltda. 277.978,43 277.978,45

NOTA 5.4 PPC ACORDO EXTRAJUDICIAL

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Metrotbus Transportes Coletivos Ltda. 63,19 179.335,59

NOTA 5.5 APORTE FINANCEIRO CONCESSIONÁRIA

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Prefeitura de Goiânia 59.996,38 59.996,38

NOTA 5.6 CREDITOS DECORRENTES MULTA CONTRATUAL - AUTOS DE INFRAÇÃO /ROT

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Rápido Araguaia Ltda. 0,00 0,00

NOTA 6 - ESTOQUE

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Material de Consumo - Autovariável 21.046,72 19.333,40

NOTA 7 - ATIVO REALIZÁVEL - A LONGO PRAZO

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Valores a Receber Concessionárias (a) - 200.000,00

NOTA 8 - ATIVO NÃO CIRCULANTE / IMOBILIZADO

Composição dos Saldos Discriminação Valor de Aquisição Avaliação 2023 2022

A redução ao valor recuperável de ativos, Impairment, é uma das alterações da Lei 11.638/07 que, por meio da CPC 01, define que as empresas devem verificar o valor de seus ativos anualmente. O teste de Impairment é portanto uma avaliação para verificar se os ativos da empresa estão desvalorizados, ou seja, se o seu valor contábil excede seu valor recuperável. Por valor recuperável entende-se o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o Valor em uso.

Com base no resumo geral apresentado com os valores contábeis e ajustes, concluímos que os valores de mercado superam os totais dos bens imobilizados e após o conhecimento do valor avaliado, conforme descrito no item 3, deduziu-se o valor do residual contábil, e em nenhum item o valor recuperável foi superior ao valor contábilizado.

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

O Método linear ou custos constantes, consiste na divisão do total do saldo de vida útil do bem a depreciação, pelo número de anos de vida útil. Vejamos a formula abaixo:

DL = (n - x) / n
onde: DL = Depreciação Linear Anual; n = Vida útil em anos; x = anos de uso.

Este é o método de depreciação, usual pelas principais administrações públicas, por ser o método de depreciação aceito pela RFB - Receita Federal do Brasil, conforme Regulamento do Imposto de Renda e instruções normativas e legislações complementares.

Por este método, a depreciação é calculada dividindo-se o valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem. Dessa forma, o valor do encargo de depreciação será o mesmo em todos os períodos. Vejamos a tabela padrão utilizada.

Classe Bem Taxa Anual Anos de Vida útil
Máquinas e Equipamentos 10% 10
Instalações 10% 10

A avaliação dos imóveis constantes em processo próprio da CMTC, foram registrados no exercício de 2023, conforme laudo de avaliação de imóveis.

NOTA 9 - PASSIVO CIRCULANTE

9.1 FORNECEDORES A PAGAR

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
SANEAMENTO DE GOIAS S/A 1.162,96 0,00

9.2 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Vencimento 0,00 6.174,21

9.3 OBRIGAÇÕES FISCALIS/TRIBUTARIAS

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
ISS/ISSQN 118.514,91 0,00

9.4 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
CREDITOS COMPL. TARIFARIO GOV. EST. GOIAS 4.979.618,36 4.649.167,56

9.5 OUTROS

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO 0,00 163,18

9.6 OUTROS

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
PASSIVO CIRCULANTE 97.855.919,27 93.272.973,03

10.2 PROVISOES ATIVAS E PASSIVAS

Este assento é tratado no Pronunciamento Técnico do CPC nº 25 e foi normatizado pela Resolução do CFC nº 1.180 de 04 de novembro de 2009 (NBC T 19.7) e CPC 25 foram aplicadas a partir de 01 de janeiro de 2010 (art.2º), Seção 01 da NBC T 19.4.

O objeto desta Norma é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração de provisões e passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente para permitir que os usuários e entendants a sua natureza, oportunidade e valor.

TIPO DE PROCESSO QUANT. PROBABILIDADE VALOR ESTIMADO (R\$)

CIVEL 19 POSSIVEL R\$ 112.389.873,87
TRABALHISTA 6 POSSIVEL R\$ 539.516,72

Conforme resposta apresentado pelo Departamento Jurídico desta Companhia, em 31 de dezembro de 2023, para provisões do ativo e passivo contábeis.

Em relação ao polo ativo não houve processos com riscos provável.

Em relação aos Riscos de natureza fiscal e tributária, a CMTC, em 2008 ingressou com ação judicial de nº 2008.35.00.020875-2, cujo escopo foi requerer a Declaração do Direito à Imunidade Tributária, baseada no Art. 150, VI, da Constituição Federal, cujo processo encontra-se em trâmite no judiciário. De acordo com o caput do art. 13 da Lei 9.718 de 27 de novembro de 1996, a opção pelo regime tributário é facultada ao contribuinte sujeito passivo, desde que tal obrigatoriedade não esteja fundamentada no art. 14 da mesma lei, por esse motivo COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC, poderia optar pelo regime de tributação do Lucro Real baseada na legislação mencionada sendo reforçada também pelo inciso IV, do art. 14 da reafirmação.

Al levantando em consideração o regime tributário do Lucro Real, esclarecemos a seguir de forma detalhada os tributos envolvidos:

Al Lei nº 12.860/2013 para zero aos alíquotas do PIS e Cofins vinculados os serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metrôviário, ferroviário e aquaviário de passageiros, inclusive no território da região metropolitana regularmente constituída.

Al Conforme NBC T&25 (R) e CPC 25 foram realizadas, como se devêda fosse, a purificação dos impostos de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido no valor de R\$ 562.624,19 (quinhentos e sessenta e dois reais e sessentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos), com apuração e lançamento em 2019, até a hãja a decisão da ação impleta em 2008, conforme relatado acima.

10.3 OUTROS

COOTEGO 2023 (R\$) 2022 (R\$) 200.000,00

Valeu deixado referido no acordo realizado com a Secretaria de Finanças da Prefeitura de Goiânia, transcrita no ofício nº 490/2 e está vinculada à Deliberação nº 48 da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos de Goiânia de 14 de maio de 2023.

NOTA 11 - PATRIMONIO LIQUIDO

11.1 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da CMTC - Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos está construído por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas com valor unitário de R\$ 1,00 por ação, estando assim distribuídas:

Acões Subscritas (Acionistas)
Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Prefeitura Municipal de Goiânia 749.900,00 749.900,00

Por protocolo processo administrativo na Procuradoria Geral do Estado, autos 2016000030187 o qual solicita que o Acionista remisso Governo do Estado de Goiás compra o determinado na legislação vigente e proceda a integralização do capital social no montante de 25% (vinte e cinco por cento) das ações nominativas, que estão pendentes de integralização desde a data de constituição da Companhia, ou seja, desde 17/07/2003, conforme estabelecido em ato de constituição.

Houve publicação no Jornal Diário da Manhã realizada em 13/03/2018 com a seguinte redação: "realizar no prazo de 30 (trinta) dias a prestação correspondente aos 25% (vinte e cinco por cento) das ações a ele subscritas na constituição da Companhia, procedendo o pagamento das 250.000 (duzentos e cinquenta mil) ações nominativas que compõem o capital social da Empresa o que corresponde a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), devidamente corrigidos, devidos pelo acionista oneraticionado."

Com relação a este a Companhia está pleiteando a integralização com o valor atualizado desde da data de assinatura da ata de constituição da Companhia, haja vista a perda do valor do recurso no tempo.

11.2 RESERVA DECAPITAL

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Doações e Subvenções p/ Investimentos(a) 14,00 14,00

(a) As Doações e Subvenções para Investimentos referem-se a Bens Móveis transferidos do acervo da TRANSURB, apropriados pelo custo histórico.

(b) O Saldo apresentado em Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital refere-se a integralização a maior realizada em 2003 pela Prefeitura Municipal de Goiânia.

(c) Os saldos referentes a conta Reserva para Investimentos Concórrencia, referem-se aos repasses oriundos da contrapartida estabelecida nos contratos celebrados para a capacitação dos serviços públicos utilizados em investimentos na infraestrutura, previstos no PMTC (Programa Metropolitano de Transporte Coletivo), inserido no Plano Diretor Setorial de Transporte Coletivo, conforme detalhamento referente as notas explicativas nº 8, referente a aquisição de terrenos vinculados ao respectivo convenio.

11.3 AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL

O Valor de R\$2.349.788,82 refere-se a Avaliação conforme laudo de Avaliação de Terreno, lotes 08, 09, 10, 11, 12, 13.

11.4 LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS

Descrição 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Ajuste de Exercícios Anteriores (17.701.643,08) -

O lucro/prejuízo acumulado no exercicio corrente demonstrado no Balanço Patrimonial e Demonstração do Patrimônio Líquido foi negativo, ou seja, prejuízo acumulado de R\$ 16.999.772,72 (Dezesseis Milhões e Noventa e Noventa e Nove Mil e Setecentos e Setenta e Dois Reais e Setenta e Dois Centavos).

NOTA 12 - RECEITA BRUTA

DESCRICAO 2023 2022
PARCELA DO PODER CONCEDENTE - PPC 8.121.538,73 8.221.100,45

O valor de R\$ 374.553,57, são oriundas de taxas de labora, na forma do capitulo XII Art.36 do regulamento operacional da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia, e R\$ 70.548,10 são oriundas de Receita Prestação de Serviços pela CMTC.

A Lei Complementar nº 34/2001, em seu parágrafo 6º artigo 3º, estabelece que para a gestão do transporte coletivo do Sistema de Integração de Transporte - SIT, todos os recursos materiais e todos os diretos e prerrogativas seriam transferidos por sucessão da TRANSURB S/A e AGR, para Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC.

NOTA 13 - CUSTOS DE SERV. PRESTADOS

DESCRICAO 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Pessoal e Encargo 3.762.875,53 2.902.068,21

Como custos dos serviços de gestão prestados pela CMTC, o componente mais relevante destêse à o custo com folha de pagamento de 2021 e a lei complementar nº 171 de 31 de março de 2022.

O valor de R\$ 374.553,57, são oriundas de taxas de labora, na forma do capitulo XII Art.36 do regulamento operacional da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia, e R\$ 70.548,10 são oriundas de Receita Prestação de Serviços pela CMTC.

A Lei Complementar nº 34/2001, em seu parágrafo 6º artigo 3º, estabelece que para a gestão do transporte coletivo do Sistema de Integração de Transporte - SIT, todos os recursos materiais e todos os diretos e prerrogativas seriam transferidos por sucessão da TRANSURB S/A e AGR, para Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC.

NOTA 14 - CUSTOS DE SERV. PRESTADOS

DESCRICAO 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Pessoal e Encargo 3.762.875,53 2.902.068,21

Como custos dos serviços de gestão prestados pela CMTC, o componente mais relevante destêse à o custo com folha de pagamento de 2021 e a lei complementar nº 171 de 31 de março de 2022.

O valor de R\$ 374.553,57, são oriundas de taxas de labora, na forma do capitulo XII Art.36 do regulamento operacional da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia, e R\$ 70.548,10 são oriundas de Receita Prestação de Serviços pela CMTC.

A Lei Complementar nº 34/2001, em seu parágrafo 6º artigo 3º, estabelece que para a gestão do transporte coletivo do Sistema de Integração de Transporte - SIT, todos os recursos materiais e todos os diretos e prerrogativas seriam transferidos por sucessão da TRANSURB S/A e AGR, para Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC.

NOTA 15 - CUSTOS DE SERV. PRESTADOS

DESCRICAO 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Pessoal e Encargo 3.762.875,53 2.902.068,21

Como custos dos serviços de gestão prestados pela CMTC, o componente mais relevante destêse à o custo com folha de pagamento de 2021 e a lei complementar nº 171 de 31 de março de 2022.

O valor de R\$ 374.553,57, são oriundas de taxas de labora, na forma do capitulo XII Art.36 do regulamento operacional da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia, e R\$ 70.548,10 são oriundas de Receita Prestação de Serviços pela CMTC.

A Lei Complementar nº 34/2001, em seu parágrafo 6º artigo 3º, estabelece que para a gestão do transporte coletivo do Sistema de Integração de Transporte - SIT, todos os recursos materiais e todos os diretos e prerrogativas seriam transferidos por sucessão da TRANSURB S/A e AGR, para Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC.

NOTA 16 - DESPESAS OPERACIONAIS / ADMINISTRATIVAS

DESCRICAO 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Pessoal e Encargo 6.264.581,00 5.296.028,21

O valor de R\$ 374.553,57, são oriundas de taxas de labora, na forma do capitulo XII Art.36 do regulamento operacional da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia, e R\$ 70.548,10 são oriundas de Receita Prestação de Serviços pela CMTC.

A Lei Complementar nº 34/2001, em seu parágrafo 6º artigo 3º, estabelece que para a gestão do transporte coletivo do Sistema de Integração de Transporte - SIT, todos os recursos materiais e todos os diretos e prerrogativas seriam transferidos por sucessão da TRANSURB S/A e AGR, para Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC.

NOTA 17 - DESPESAS OPERACIONAIS / DESPESAS GERAIS

DESCRICAO 2023 (R\$) 2022 (R\$)
Telefone 24.309,04 28.706,71

O valor de R\$ 374.553,57, são oriundas de taxas de labora, na forma do capitulo XII Art.36 do regulamento operacional da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia, e R\$ 70.548,10 são oriundas de Receita Prestação de Serviços pela CMTC.

A Lei Complementar nº 34/2001, em seu parágrafo 6º artigo 3º, estabelece que para a gestão do transporte coletivo do Sistema de Integração de Transporte - SIT, todos os recursos materiais e todos os diretos e prerrogativas seriam transferidos por sucessão da TRANSURB S/A e AGR, para Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC.

TOTAL (2.550.061,94) (360.664,12) e as operações realizadas no exercício de 2023.

**NOTA 22 – DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA**  
A DFC informa as entradas e saídas de recursos financeiros da Companhia segregadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamentos, sendo que a soma dessas três atividades resulta na variação líquida de caixa ocorrida no exercício de 2022 comparado a 2021. As alterações ocorridas durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, estão demonstradas na DFC pela Metodologia Indireta, ou seja, partindo do Resultado do Período apurado na Demonstração de Resultado do Exercício.

**NOTA 23 – AJUSTES AO RESULTADO OPERACIONAL**

**Descrição** **2023 (R\$)** **2022 (R\$)**  
AJUSTES ANTERIORES (17.701.643,08) -

Em 2023 apuramos montante em Ajustes de Exercícios Anteriores de **R\$ 17.550.269,09**, proveniente a processos trabalhista e civil com probabilidade provável de perda contingente de exercícios anteriores.

**NOTA 24 – FINANCIAMENTOS**

A entidade teve como fonte de recursos, os repasses mensais pelas concessionárias integrantes do Sistema Integrado de Transportes Coletivos, conforme edital de concorrência CMTC nº 001/2007 e recebimento de multas. Não houve no exercício de 2022, empréstimos ou outra forma de captação e/ou destinação de recursos.

**NOTA 25 – DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Adotou-se o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, como também no reconhecimento das receitas, dos custos e das despesas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

As demonstrações foram elaboradas adotando o valor contábil como base de valor, e o resultado do exercício foi apurado de acordo com as operações realizadas no exercício de 2023.

**25.1 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC no valor **negativo de R\$14.629.997,54** (quatorze milhões seiscentos e vinte e nove mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e quatro centavos), estando constituído conforme a seguinte estrutura:

**Capital Social – Idem nota explicativa 11.1**

**Reservas – Idem nota explicativa 11.2**

**Ajustes de Avaliação Patrimonial Idem nota explicativa 11.3**

**Prejuízos Acumulados – Idem nota explicativa 11.4**

**25.2 RESULTADO DO EXERCÍCIO**

**Descrição** **Valor/Reais**  
Resultado no Exercício de 2023 (2.550.061,94)  
Resultado Acumulado em 2023 (17.701.643,08)

O resultado foi apurado com base no regime de competência do exercício, demonstrado com um Lucro do período de **R\$ 2.550.061,94** (Dois Milhões e Quinhentos e Cinquenta Mil e Sessenta e Um Reais e Noventa e Quatro Centavos), com um saldo acumulado no exercício de 2023 de **R\$ 17.701.643,08**

(Dezesseis Milhões e Setecentos e Um Mil e Seiscentos e Quarenta e Três Reais e Oito Centavos).

**NOTA 26 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Teve como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses.

Demonstramos a formação do resultado líquido do exercício através do confronto das receitas, despesas e resultados apurados, conforme composição a seguir:

**(a) Receita Líquida de Concessão** – Faz juíz receitas auferidas pela Companhia fazendo correlação receita operacional bruta, conforme estrutura conceitual da DRE. Composição financeira descrita na nota explicativa 13.

**(b) Custo de Gestão dos Serviços** – Faz juíz aos custos apurados no período, fazendo correlação na estrutura conceitual da DRE a conta "Custos das Vendas/Prestação de serviços" Composição financeira descrita na nota explicativa 13.

**(c) Despesas Operacionais/Despesas Gerais** – As despesas operacionais são todos os gastos desembolsados ou previstos, que se relacionam diretamente com o objeto social e econômico do órgão, e que não sejam de custeio direto da operação. Aqui nesta rubrica em específico, tratamos das despesas gerais e não recorrentes, que não são ligadas diretamente a atividade operacional. Composição financeira descrita na nota explicativa 16.

**(d) Despesas Operacionais/Despesas Administrativas** – Nesta seção específica, demonstramos as despesas administrativas que compreendem todos os custos e desembolsos que a entidade possui e que são fixos e indiretos ao negócio da empresa. Composição financeira descrita na nota explicativa 15.

**(e) Outras Receitas/ Despesas Operacionais** – As outras receitas/despesas são todas aquelas provenientes da atividade secundária ou derivativa da Empresa, no qual por motivo pré- estabelecido em estatuto, ela reconheça obrigações ou direitos decorrentes destas operações.

**(f) Resultado Financeiro** – São provenientes de aplicações e operações financeiras, oriundas da utilização dos numerários que se encontram em giro na entidade. Composição financeira descrita na nota explicativa 18.

**NOTA 27 - PARTES RELACIONADAS**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 divulgado sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/2008 e pela Resolução CFC nº 1.145/2005 determina que os relacionamentos entre a controladora e controladas ou coligadas devem ser divulgados independentemente de ter havido transações entre essas partes relacionada.

Gostariamos de salientar que no exercício de 2023 a CMTC não realizou operações com partes relacionadas.

**NOTA 28 – AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Diretoria autorizou, em 23 de fevereiro de 2024, a conclusão das demonstrações financeiras e notas explicativas referente ao exercício de 2023.

As demonstrações foram elaboradas adotando o regime de competência, de acordo com os saldos acumulados

em 31 de dezembro de 2023.

Era o que nos cumpria apresentar em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas, para sua melhor compreensão e entendimento.

Goiânia, 31 de Dezembro de 2023.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs. (as)

Diretores e Acionistas da

**CMTC Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos**

Goiânia - GO.

**Opinião com Ênfase**

Examinamos as demonstrações contábeis da **CMTC Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos**, que compreendem o balanço patrimonial (BP) em **31 de dezembro de 2023** e as respectivas demonstrações do resultado do exercício (DRE), do resultado abrangente (RA) das mutações do patrimônio líquido (DMPL), e dos fluxos de caixa (DFC) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Expressamos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis em nosso relatório com data de **15 de março de 2024**. Essas demonstrações contábeis não refletem os efeitos de eventos que ocorreram após esta data.

**Opinião do Auditor Independente**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supracitadas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da **CMTC Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos em 31 de dezembro de 2023**, e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, estão de acordo com as práticas contábeis aplicáveis as empresas de grande porte (Lei nº. 6.404/1976 e alterações posteriores através da Lei nº. 11.638/2007 e da Lei nº. 11.941/2009 e demais Leis 12.973/2014, IN RFB 1700/2017 e o Decreto 9.580/2018 "RIR/2018).

e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A mais de 25 anos no mercado brasileiro.

**Base para Opinião do Auditor**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**". Somos independentes em relação à **Companhia** auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A mais de 25 anos no mercado brasileiro.

**Ênfase**

Sem modificar nossa opinião, destacamos os pontos a seguir, para conhecimento geral:

1. A companhia apresentou déficit em suas operações no ano de 2023 no valor de R\$ 2.550.061,94 (dois milhões quinhentos e cinquenta mil e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos);

2. Conforme Nota Explicativa nº 11.1 "Foi protocolado processo administrativo na Procuradoria do Estado, autos 2016000030187, o qual solicita que o Acionista remisso Governo do Estado de Goiás cumpra o determinado na legislação vigente e proceda a integralização do capital social no montante de 25% (vinte e cinco por cento) das ações nominativas, que estão pendentes de integralização desde a data de constituição da Companhia, ou seja, desde 17/07/2003, conforme registrado em ata de constituição";

3. Consta nas Notas Explicativas nº 10.2 "Provisões Ativas e Passivas", que a CMTC possui ações judiciais no polo Passivo, classificadas como Risco Possível e Remoto no montante de R\$ 143.879.918,50 (cento e quarenta e três milhões, oitocentos setenta e nove mil, novecentos e dezoto reais e cinquenta centavos), verificamos também que conforme detalhado no relatório Jurídico, este montante se refere a um total de noventa e oito (104) ações, classificadas assim: cinco (05) ações provável, trinta e cinco (35) ações possível e sessenta e quatro (64) ações remoto. Alertamos ainda, que apenas uma (01) ação é responsável por 68,8% deste montante, sendo este o processo de nº 0315363-47.2015.8.09.0051 no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), cuja probabilidade de perda foi classificada como possível.

**Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.**

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório foi emitido em 08 de março de 2023, com ressalvas e ênfase.

**Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor.**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis.**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a **Companhia** e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis.**

Nossos objetivos são obter uma segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimento de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia**;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia**. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de meu relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das consultações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Goiânia-GO, 15 de março de 2024.**

**AGUIAR ARAÚJO DE OLIVEIRA**

Auditor Independente

**CRC-GO 7.306/O CVM 905-9**

**Parer do Conselho Fiscal da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos sobre as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2023**

O Conselho Fiscal da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço Patrimonial – BP, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFL, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; Relatório do Auditor Independente da Aguiar Araújo – Auditor Independente, datado de 15 de março de 2024, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. Considerando as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, além da documentação acostada aos autos, opinamos que as Demonstrações relativas ao exercício de 2023, **refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da CMTC.**

Goiânia, 18 de março de 2023.

Rayssa de Souza Melo  
Presidente

Gilmar Carneiro Norbiato Júnior  
Membro Titular

Adriano da Rocha Lima  
Membro Titular

## CMTC BALANÇO - DIGITAL.pdf

Documento número 96c82200-558a-40e9-8ed5-122b8aa6a3ce



## Assinaturas

 faturamento@ohoje.com.br  
Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).



Hash do documento original (SHA256):  
423c0a7f1cdb5553d6f03568a528c801a70eb6eb4968e505a39301ec70213f8e

Verificador de Autenticidade:  
<https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=96c82200-558a-40e9-8ed5-122b8aa6a3ce>

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):  
<https://zapsign.com.br/validacao-documento/>



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento de identificação 96c82200-558a-40e9-8ed5-122b8aa6a3ce, conforme os Termos de Uso da ZapSign em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)